



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

RELATÓRIO

*MORTOS E
DESAPARECIDOS
POLÍTICOS*

VOLUME III

1

dezembro | 2014

© 2014 – Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

José Carlos Dias
José Paulo Cavalcanti Filho
Maria Rita Kehl
Paulo Sérgio Pinheiro
Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari
Rosa Maria Cardoso da Cunha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Comissão Nacional da Verdade

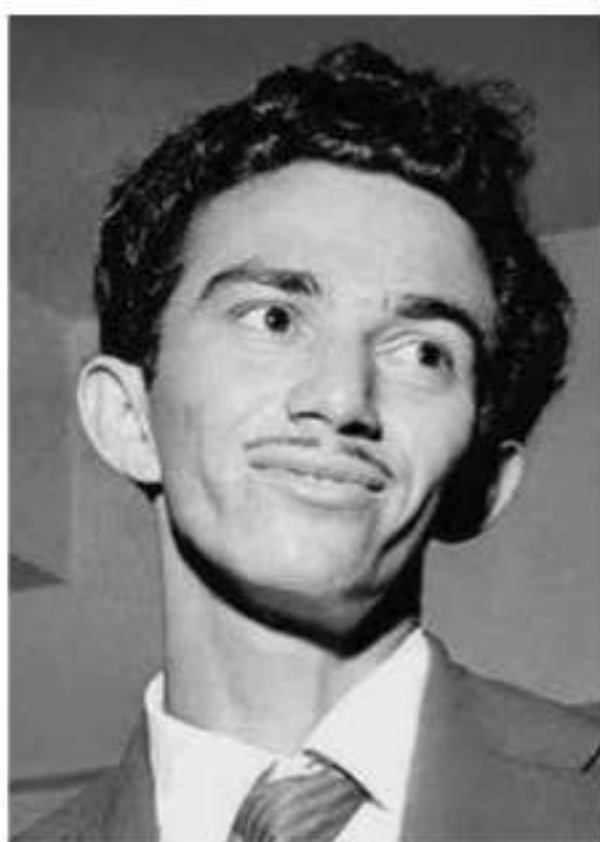
B823r

Brasil. Comissão Nacional da Verdade.
Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. –
Brasília : CNV, 2014.
1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade ; v. 3)

ISBN 978-85-85142-63-6 (Coleção digital)
ISBN 978-85-85142-66-7 (v. 3 digital)

1. Ditadura militar - Brasil. 2. Violação de Direitos Humanos. 3. Relatório final. I. Título.

CDD 323.81044



VIRGÍLIO GOMES DA SILVA

FILIAÇÃO: Izabel Gomes da Silva e Sebastião Gomes da Silva

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 15/8/1933,

Sítio Novo, Santa Cruz (RN)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: operário do setor químico

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Partido Comunista do Brasil (PCB) e Ação Libertadora Nacional (ALN)

DATA E LOCAL DE DESAPARECIMENTO: 29/9/1969, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nasceu no município de Santa Cruz (RN), Virgílio Gomes da Silva era oriundo de uma família humilde, sendo o mais velho entre quatro irmãos. Ainda criança mudou-se com a família para o Pará, onde trabalhou na extração de borracha em Fordlândia. Depois de passar por várias regiões do país, voltando inclusive à sua terra natal, Virgílio decidiu partir sozinho para São Paulo, em 1951, na busca por melhores condições de vida. Na capital paulista, Virgílio tornou-se operário da Netroquímica, uma importante indústria do Grupo Votorantim, e passou a integrar o Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo, passando a militar também no Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1964, foi preso e permaneceu detido por quatro meses. Depois de solto, constantemente perseguido, enfrentou dificuldades para conseguir novamente um emprego nas fábricas. Viveu um tempo no Uruguai, voltando em seguida para o Brasil para continuar suas atividades políticas. Próximo de Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), Virgílio Gomes da Silva acompanhou esse dirigente comunista no rompimento com o PCB em 1967, tendo sido enviado a Cuba para treinamento de guerrilha. Com o codinome Jonas, dirigiu o Grupo Tático Armado da ALN e, em setembro de 1969, comandou a ação de sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, que possibilitou a libertação de 15 prisioneiros políticos brasileiros.

Virgílio Gomes da Silva era casado com Ilda Gomes Martins da Silva, com quem teve quatro filhos. Ele foi preso em São Paulo, em 29 de setembro de 1969, e morto horas depois, sob tortura, aos 36 anos, em ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, na Operação Bandeirante (Oban).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Por determinação da Lei nº 9.140/95, conforme consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I da referida lei, Virgílio Gomes da Silva foi reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político. Seu nome consta ainda no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi reconhecido como anistiado político *post mortem*, pela Comissão de Anistia, em 19 de outubro de 2005. A Câmara Municipal de São Paulo lhe concedeu, em agosto de 2011, o título de "Cidadão paulistano", *in memoriam*. Desde o dia 12 de dezembro de 2010, o sítio do Sindicato dos Químicos de São Paulo, em Arujá (SP), passou a ser chamado de Clube de Campo Virgílio Gomes da Silva, uma homenagem ao seu protagonismo frente às lutas sindicais da categoria. Foi homenageado também pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1º de abril de 1998.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Virgílio Gomes da Silva morreu no dia 29 de setembro de 1969, aos 36 anos, após ser preso em uma emboscada na avenida Duque de Caxias, em São Paulo, por agentes da Oban. Encapuzado, foi encaminhado diretamente à sala de tortura e morto 12 horas após a prisão. Naquela época, depois do envolvimento no sequestro do embaixador norte-americano, Virgílio era um dos guerrilheiros mais procurados pelos órgãos de repressão. No mesmo dia, sua mulher Ilda e três de seus filhos (Wladimir, com oito anos, Virgílio, com sete, e Maria Isabel, um bebê de quatro meses), que viviam na clandestinidade, também foram detidos em São Sebastião, litoral de São Paulo. Ilda permaneceu presa durante meses, incomunicável, sendo torturada em várias ocasiões. Seus filhos foram encaminhados ao Juizado de Menores. Gregório, com dois anos na ocasião, não foi levado por não estar em casa no momento da chegada dos agentes.

Vários ex-presos políticos que passaram pela Oban presenciaram as torturas sofridas por Virgílio e as denunciaram em auditorias militares, entre eles, seus ex-companheiros Paulo de Tarso Venceslau e Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, além de Celso Antunes Horta e Diógenes de Arruda Câmara. Seu irmão Francisco Gomes da Silva, que tinha sido preso no dia anterior, afirmou ter visto sua chegada e escutado brutais cenas de tortura, comandadas pela equipe do capitão Albernaz, o mesmo que teria afirmado que Virgílio fugira da prisão momentos depois. De acordo com o depoimento do irmão Francisco, Virgílio foi algemado e agredido por cerca de 15 pessoas, que lhe davam pontapés e lhe cuspiam no rosto. Depois, ainda teria sido levado para outra sala, onde continuou a ser torturado até a morte.

Com as informações prestadas nos depoimentos emitidos sobre o caso foi pos-

sível identificar uma série de agentes envolvidos diretamente em sua morte, comandada pelos então chefes do centro de tortura da Oban, os majores Inocêncio Fabrício de Matos Beltrão e Valdir Coelho. Segundo os relatos, ainda estavam envolvidos diretamente no caso, além do capitão Benone Arruda Albernaz, Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, Maurício Lopes Lima, Homero César Machado, “Tomás”, da PM/SP, o delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr., o sargento da PM Paulo Bordini e os agentes policiais Maurício de Freitas, vulgo Lungaretti, Paulo Rosa, vulgo Paulo Bexiga e “Américo”, agente do Departamento da Polícia Federal. Ainda foram identificados, a partir de carta escrita pelos presos políticos do Presídio do Barro Branco (SP), o delegado Raul Careca e o capitão da Polícia Militar Coutinho.

Em novembro de 2010, o Ministério Público Federal moveu uma ação com o intuito de autuar alguns responsáveis pelas graves violações de direitos humanos, ocorridas no período, entre eles três militares envolvidos diretamente no caso de Virgílio: Inocêncio Fabrício de Matos, Homero César Machado e Maurício Lopes Lima. O documento reúne depoimentos e informações sobre as circunstâncias da morte de Virgílio, quando este se encontrava encarcerado na Oban, concluindo serem os agentes em questão alguns dos principais responsáveis por perpetrar atos de violência que resultaram em sua morte.

Apesar das significativas evidências que atestam as circunstâncias de sua morte em decorrência de tortura perpetrada por agentes da repressão, os órgãos de segurança até hoje não se posicionaram de forma clara sobre o caso, chegando a informar, em algumas ocasiões, que Virgílio se encontrava desaparecido. De acordo com Relatório Especial de Informações do Ministério do Exército, emitido pelo CIE em outubro de 1969, Virgílio

teria sido preso no dia 29 de setembro em seu “aparelho”, tendo reagido à bala. O documento ainda afirma que ele teria se “evadido” após a prisão, concluindo apenas que “sabe-se que está morto”. O SNI-SP emitiu documento, em 3 de outubro de 1969, afirmando que o “terrorista” Virgílio Gomes da Silva, vulgo “Jonas” teria falecido após resistir à prisão. Já o Relatório dos Ministérios Militares, emitido em 1993, afirma que Virgílio, militante na década de 1960, era dado como “desaparecido”. Afirmava apenas que “segundo o *JB* de 27 jan 91” há referências sobre sua morte e que teria sido encontrada, “segundo edição do *Correio Braziliense* de 1990”, uma sepultura em seu nome no cemitério de Vila Formosa.

Em decorrência da abertura da Vala de Perus, em 1990, e o posterior acesso aos arquivos do IML/SP, foi possível o acesso a uma requisição de exame de um desconhecido de nº 4059/69, enterrado como indigente no cemitério de Vila Formosa um dia após o desaparecimento e morte de Virgílio. O documento afirma que o corpo foi encontrado com equimoses, sendo a causa de sua morte traumatismo cranioencefálico. Por mais que estas novas informações tenham impulsionado as buscas, não foi possível precisar com exatidão o paradeiro do corpo, uma vez que não existia à época um mapa das quadras no cemitério e, além disso, teria sido plantado um bosque no local.

Foi apenas em 2004, com a localização de um laudo necroscópico pelo jornalista Mário Magalhães, que foi possível atestar que aquele documento se relacionava efetivamente ao corpo de Virgílio. O laudo, assinado por Roberto A. Magalhães e Paulo A. de Queiroz Rocha, descreve um corpo – com foto e identificação de Virgílio – encontrado com inúmeras e intensas equimoses, escoriações, fraturas e hematomas. Junto ao laudo foi encontrada uma folha de papel onde aparecia, escrito à mão, que o caso não deveria ser informado, o que

evidentemente significava uma tentativa de manter segredo sobre aquela morte.

No final de 2010, por motivação do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, foi iniciado um trabalho de exumação, pela Polícia Federal, nas valas onde possivelmente o corpo de Virgílio estaria localizado. Em julho de 2012, a Comissão Nacional da Verdade solicitou ao Ministério da Justiça informações sobre a análise e identificação das ossadas que, até aquele momento, ainda não teriam sido finalizadas. Em resposta à solicitação, a Divisão de Perícias do Instituto Nacional de Criminalística emitiu, em 15 de agosto de 2012, um parecer afirmando que foram exumados 31 restos mortais das sepulturas de nº 924 a 929, e, após realização de exames preliminares, em 26 casos foi excluída a possibilidade de os restos mortais serem de Virgílio. As quatro amostras restantes foram encaminhadas a exames complementares e a testes de DNA, sendo que seus resultados estariam naquele momento sendo analisados e, posteriormente, seriam consolidados em Laudo Pericial. Até o presente momento, a análise da exumação ainda se encontra em processo de finalização.

Sabe-se, então, que o corpo de Virgílio Gomes da Silva foi enterrado no Cemitério da Vila Formosa (SP), mas seus restos mortais ainda não foram identificados.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Virgílio Gomes da Silva foi morto por agentes do Estado na sede da Operação Bandeirante – Oban, em São Paulo, SP, local onde posteriormente se institucionalizou o DOI-CODI do II Exército.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

I. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S)

ENVOLVIDOS NO DESAPARECIMENTO

E NA MORTE

1.1. OPERAÇÃO BANDEIRANTES (OBAN)

Junta Militar: general de Exército Aurélio de Lira Tavares, almirante Augusto Rademaker, marechal Márcio de Sousa Melo (Junta provisória de 1969 composta pelos ministros)

Comandante do II Exército: general de

Exército José Canavarro Pereira

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Coordenação da Operação Bandeirante (Oban): major Valdir Coelho e major Inocência Fabrício de Mattos Beltrão

2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Inocência Fabrício de Mattos Beltrão.	Operação Bandeirante (Oban)/1969.	Major, chefe da Oban.	Tortura até a morte e ocultação de cadáver.	Depoimento de Celso Antunes Horta; Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, 3/11/2010.
Valdir Coelho.	Operação Bandeirante (Oban) /1969.	Major, chefe da Oban.	Tortura até a morte e ocultação de cadáver.	Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, 3/11/2010.
Benone Arruda Albernaz.	Operação Bandeirante (Oban)/1969.	Capitão.	Tortura até a morte e ocultação de cadáver.	Depoimento de Francisco Gomes da Silva; Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, 3/11/2010.
Francisco Antônio Coutinho e Silva, conhecido como "Coutinho".	Operação Bandeirante (Oban)/1969.	Capitão da Polícia Militar de SP.	Tortura até a morte e ocultação de cadáver.	Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, 3/11/2010.
Dalmo Lúcio Muniz Cirillo.	Operação Bandeirante (Oban)/1969.	Capitão.	Tortura até a morte e ocultação de cadáver.	Depoimento de Celso Antunes Horta; Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, 3/11/2010.
Maurício Lopes Lima.	Operação Bandeirante (Oban)/1969.	Capitão.	Tortura até a morte e ocultação de cadáver.	Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, 3/11/2010.
Homero César Machado, conhecido como Tomás.	Operação Bandeirante (Oban)/1969.	Capitão.	Tortura até a morte e ocultação de cadáver.	Depoimento de Celso Antunes Horta; Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, 3/11/2010.
Otávio Gonçalves Moreira Jr.	Operação Bandeirante (Oban)/1969.	Delegado.	Tortura até a morte.	Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, 3/11/2010
Maurício de Freitas, vulgo Lungaretti.	Operação Bandeirante (Oban)/1969.	Agente da Polícia.	Tortura até a morte.	Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, 3/11/2010
Paulo Rosa, vulgo Paulo Bexiga.	Operação Bandeirante (Oban)/1969.	Agente da Polícia.	Tortura até a morte.	Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, 3/11/2010
"Américo".	Operação Bandeirante (Oban)/1969.	Agente do Departamento da Polícia Federal	Tortura até a morte.	Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, 3/11/2010

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Raul Careca.	Operação Bandeirante (Oban)/1969.	Delegado da Polícia Militar.	Tortura até a morte.	Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, 3/11/2010.
Paulo Bordini, conhecido como "Risadinha".	Operação Bandeirante (Oban)/1969	Sargento da PM.	Tortura até a morte.	11ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 25/2/2013.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM AS CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0077_0009, pp. 7-8.	Termo de Depoimento, 26/11/1990.	CEMDP.	Depoimento de Francisco Gomes da Silva, irmão de Virgílio, que presenciou torturas sofridas pelo irmão nas instalações da Oban.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0077_0009, pp. 9-10.	Requisição de Exame, 30/09/1969.	IML/SP.	Requisição de exame de um "desconhecido" morto em virtude de traumatismo cranioencefálico.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0077_0009, pp. 11-12.	Exame necroscópico 7/10/1969.	IML/SP.	Laudo feito no corpo de um "desconhecido", assinado pelos médicos Roberto A. Magalhães e Paulo A. de Queiroz Rocha.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0077_0009, pp. 23-28.	Auto de qualificação e interrogatório, 21/12/1971.	Justiça Militar	Interrogatório de Paulo de Tarso Venceslau à Justiça Militar. Alega ter visto peças de roupa de Virgílio e manchas de sangue na parede da prisão, onde ele teria morrido sob tortura.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0077_0009, pp. 30.	Certidão de óbito, 14/2/1996.	Registro Civil das pessoas naturais. Primeiro Subdistrito Sé. São Paulo.	Atestado de óbito em nome de Virgílio lavrado nos termos do Artigo 3º da Lei 9.140, de 4/12/1995.
Arquivo Nacional, Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0933_d, pp. 9.	Relatório Especial de Informações nº 08/69, 21/10/1969.	Centro de Informações do Exército.	Relatório alegando que Virgílio teria reagido à bala e posteriormente fugido no dia de sua prisão, em 29/9/1969.
Arquivo Nacional, Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0706_d.	Informação nº 2.600. Prisão de três elementos participantes do sequestro do Embaixador Charles Burke Elbrick, 8/10/1969.	CIE.	Relatório no qual constam documentos e relatos das circunstâncias envolvendo a prisão de Virgílio, Manoel Cyrillo e Paulo de Tarso.
Arquivo CNV, 00092.000830/2012-05.	Relatório dos Ministérios Militares, 2/12/1993.	Ministério Militar.	Relatório arrolando paradeiro de mortos e desaparecidos políticos. Afirma que Virgílio era dado como "desaparecido".
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_CNF_20596_69.	Encaminhamento nº 899/SNI/ASP, 03/10/1969.	Serviço Nacional de Informações, agência de São Paulo.	Documento alega que Virgílio teria falecido por resistir à prisão.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Comissão de Anistia: Comissão de Anistia: BR_DFMJCA_2004.01.44712, pp. 40-45.	Exame dactiloscópico, 30/10/1969.	Divisão de Identificação Civil e Criminal-SP.	Exame dactiloscópico que comprova a identidade de Virgílio sob o corpo aparentemente dado como "desconhecido".
Comissão de Anistia: CA BR_DFMJCA_2004.01.44712, p. 169.	Ata de julgamento, 19/10/2005.	Comissão de Anistia.	Atribui a condição de anistiado político <i>post mortem</i> a Virgílio.
Francisco, Ilda, Wladimir, Virgílio e Maria Isabel (familiares).	<i>Dossiê ditadura</i> , 2009 (p. 505).		Testemunharam a prisão de Virgílio.
Arquivo CNV, nota de jornal, 00092.003278/2014-61	"Coronel que foi da Oban é afastado".	Recorte de jornal sem identificação e sem data.	Entrevista com Francisco Antônio Coutinho e Silva sobre o afastamento do seu posto em razão das denúncias do Deputado Federal Airton Soares (Partido dos Trabalhadores) sobre a participação do Coronel Coutinho nas torturas que levaram Virgílio à morte.
Comissão de Anistia: Comissão de Anistia BR_DFMJCA_2004.01.44712, pp. 240-309.	Ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, 3/11/2010.	Ministério Público Federal.	Ação movida pelo Ministério Público Federal com o intuito de autuar alguns responsáveis pelas graves violações de direitos humanos ocorridas no período, dentre eles três militares envolvidos diretamente no caso de Virgílio.
Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05, pp. 24, 111.	Relatórios, de 2/12/1993.	Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.	É dado como desaparecido.
Arquivo Nacional, DSI/MJ: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_0852, pp. 19-20.	Documento da OAB - "Bagulhão", 26/11/1975.	Presos políticos.	Carta emitida pelos presos políticos à OAB contendo denúncias de torturas cometidas por agentes da repressão contra Virgílio.
Arquivo CNV, 00092_000392_2012_77, pp. 13-16.	Memorando nº 100/2012, - DPERJINC/DITEC/DPF, 15/08/2012.	Departamento de Polícia Federal. Instituto Nacional de Criminalística. Divisão de Perícias.	Memorando da Polícia Federal com esclarecimento sobre as análises da exumação dos restos mortais de Virgílio e outros casos.

2. TESTEMUNHOS SOBRE O CASO PRESTADOS À CNV E ÀS COMISSÕES PARCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA	FONTE	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Antônio Carlos Fon.	11ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 25/2/2013.	Na 11ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 25/2/2013, o jornalista Antônio Carlos Fon prestou informações sobre o assassinato de Virgílio Gomes da Silva, em 29/9/1969 nas dependências da então Oban, mais tarde denominada de DOI-CODI pelo II Exército, no qual foi testemunha auditiva, testemunhando como assassino do Virgílio o sargento da Polícia Militar Paulo Bordini, conhecido na Oban como “Risadinha”.
Hilda Martins da Silva.	11ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 25/2/2013.	Em depoimento à audiência a esposa de Virgílio afirma que foi o jornalista Mário Magalhães quem localizou o laudo necroscópico e a foto do corpo da vítima, enterrado até então como desconhecido.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Virgílio Gomes da Silva é desaparecido em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Virgílio Gomes da Silva, assim como a localização dos restos mortais, continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.